

# As alteridades societárias e a instituição dos grupos escolares no Rio Grande do Norte (1890-1911)

Alterity in the society and the institution of the school groups in Rio Grande do Norte (1890-1911)

Marta Maria de ARAÚJO<sup>1</sup>

## Resumo

Ancorado em leituras de um aparato documental – mensagens dos primeiros governos republicanos e relatórios dos diretores da instrução pública –, o trabalho fundamentado, no método histórico-comparativo aplicado à história e à história da educação, foi direcionado para um ponto de observação: as interdependências das dimensões política, econômica, social e educacional, que compunham o sistema societário do Estado do Rio Grande do Norte (1890-1911) e que determinaram, em última instância, as elites governantes a estruturarem o Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” na capital Natal, assim como a criação de uma rede de escolas graduadas diferenciadas.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Norte. Sistema societário. Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo”. Escolas graduadas.

## Abstract

Anchored on readings from a documental device – republican foremost governments posts and the directors of public instruction reports –, the work grounded in historical and comparative method applied to history and history of education was directed to an observation point: the interdependencies of political, economic, social and educational system that comprised the societal system of Rio Grande do Norte (1890-1911) and determined that, ultimately, the ruling elites to structure the School Group Model “Augusto Severo” in the capital Natal, as well as creating a network of different graduate schools.

**Keywords:** Rio Grande do Norte. Societal system. School Group Model “Augusto Severo”. Graduate schools.

---

1 Prof. Dra. Marta Maria de Araújo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Centro de Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos Histórico-Educacionais. Av. Hermes da Fonseca, 1444, Apto 402, Natal – Rio Grande do Norte. CEP | 59020-001. (84) 3342-2270. E-mail: <martaujo@digi.com.br>.

O nosso povo não é infenso à instrução:  
o contrário é que é evidente.  
(MENSAGEM APRESENTADA..., 1907)

O que poderia ser um problema de pesquisa em uma investigação sobre a história da criação dos grupos escolares no Rio Grande do Norte, com vistas à produção de uma história comparada da educação? Para um possível entendimento, recorreremos a uma explicação oferecida por Diana Vidal (2001) acerca de uma investigação fundamentada no método histórico-comparativo, aplicada à educação em relação ao ensino da escrita no Brasil e na Argentina (1880-1940). Partindo de denominadores comuns nos dois países, a historiadora da educação esclarece que

A proposta pedagógica abria a possibilidade de comparação não de épocas ou pressupostos teóricos gerais, mas de um tema concreto em comum. [...] A proposta era, assim, debruçar-se sobre certas similitudes, procurando reconhecer singularidades construídas historicamente. Nesse sentido, recusávamos o primado da homogeneidade dos processos latino-americanos, ao mesmo tempo em que colocávamos em suspeita a originalidade de cada processo. O estabelecimento das similitudes não tinha por função o apagamento das diferenças detectadas, mas a construção de um terreno comum de análise, sobre o qual o descenso poderia ser realçado (VIDAL, 2001, p. 38).

Combinar certas similitudes e distinções construídas pelo confronto de singularidades educacionais, sociais e políticas é o que estabelece o método comparativo, aplicado à história e à história da educação, para avançar no roteiro de suas articulações teórico-empíricas, transformando-se num programa de estudos para historiadores da educação.

O historiador inglês Peter Burke (1991) é um dos grandes historiadores da cultura, que vem dedicando especial atenção à abordagem histórico-comparativa e aos seus aperfeiçoamentos. A partir do argumento de que, graças à comparação, conseguimos ver o não existente, esse historiador acrescenta:

A abordagem comparativa da história tem várias vantagens e atrai a atenção do historiador para aquilo que os contemporâneos usualmente não percebem – por exemplo, o fato de que sua sociedade é um sistema de partes interdependentes (BURKE, 1991, p. 20).

No Rio Grande do Norte, as interdependências das dimensões política, econômica, social e educacional, que compunham o sistema societário determinaram, em última instância, às elites governantes a criação do Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” na capital Natal, bem como as demais instituições escolares que se lhes seguiram. É ponto pacífico, entre os estudiosos dos grupos escolares no Brasil, a coexistência de conjunturas singulares em nossa história educacional, responsáveis pela criação da escola graduada em cada Estado da federação, em face de problemáticas entrecruzadas, entrincheiradas, complexas e de direções e durações variadas.

Aliás, como nos ensina o historiador Fernand Braudel (1992), não há uma história unilateral, mas plurilateral, que transcorre num cortejo quase imóvel, oculto, embaraçante, imperioso, senão propulsor. Como a própria vida,

[...] a história se nos aparece como um espetáculo fugidio, movediço, feito do entrelaçamento de problemas inextricavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, cem aspectos diversos e contraditórios. Como abordar e fragmentar essa vida complexa, para poder apreendê-la ou ao menos apreender alguma coisa nela? (BRAUDEL, 1992, p. 22).

É da espessura dessa história vivida que moveu a nossa pretensão de apreender a história acerca da institucionalização dos grupos escolares no quadro das dimensões que formavam ou sustentavam o sistema societário no período de tempo entre 1890 e 1911, quando se encontra o paulatino esgotamento, bem como a ascendência de um sistema societário contraposto ao existente.

A investigação comparativa instiga a pensar em termos de interpenetrações das complexificações que transbordam do sistema societário. De conformidade com Azanha (2002, p. 66), historicamente, o aparecimento de escolas públicas e particulares “[...] representou a institucionalização de práticas que, pela sua crescente complexidade, exigia a liberação parcial das famílias do esforço educativo.” Em outras palavras, a complexificação da vida em sociedade alteraria os procedimentos do ato de ensinar e de aprender.

No decorrer do século XIX, a educação escolar das crianças foi, em grande parte, responsabilidade familiar. Em fins desse mesmo século, no entanto, adquiriu inaudito valor social, uma vez que, indubitavelmente, o desenvolvimento cognitivo, moral, social e político da criança ganhou centralidade no seio das políticas públicas republicanas. Assim, a especificidade da escolarização da criança, na fase da infância é, em geral, parte fundamental das reestruturações sociopolíticas republicanas.

Proclamado o regime republicano e federativo, tornou-se evidente o fato de que, para a constância da política liberal, condizente com o bem-estar material e existencial do povo, carecia, assaz, ao Rio Grande do Norte, uma adaptação eficiente e homogênea aos ideários constitucionais e ideológicos.

No período de tempo entre 1890 e 1911, como antes vinha acontecendo, a economia norte-rio-grandense provinha, sobretudo, da produção do algodão, do açúcar, da cera de carnaúba e do sal, “[...] produtos de maior peso e de maior valor monetário na pauta das exportações” (SOUZA, 1989, p. 21).

Obviamente, as dimensões da política e da economia uniam-se por força dos interesses dominantes de uma burguesia agrocomercial-exportadora, obstinada a dar animação à ordem republicana e ao progresso industrial do Estado. A família Albuquerque Maranhão – detentora de riqueza, de status e de poder – destacava-se pelo domínio da política e da economia, principalmente, nos anos imediatos à proclamação da República. O médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, na direção política do Rio Grande do Norte (1892-1896), “[...] tomou para si o papel de intelectual organizador do Estado Republicano. Foi o ‘elaborador’ da concepção e da estruturação de todas as instituições do Estado” (ARAÚJO, 1998, p. 58).

Os primeiros meses do ano de 1890 presenciaram iniciativas liberalizantes, como a constituição de uma corporação interclasses ligada à indústria fabril, à produção agrária e ao comércio. A essa convergência de forças, o governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior (1890) e frações de empresários e de comerciantes arregimentaram-se para a criação da Associação Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, em 26 de abril de 1890. Reconheciam,

[...] o depreciação de nossas rendas e o desequilíbrio lamentável dos nossos orçamentos; considerando sob os múltiplos aspectos o problema da importação direta e da nossa emancipação comercial; ventilada a questão de nossa indústria nascente; relembando o definhamento cada vez maior da nossa agricultura; [...] e convencidos todos de que foi adotado o alvitre de fundar-se na capital uma associação comercial, que sirva de base, e impulse o progresso de riqueza [...] (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, 1890, p. 1-2).

A classe média norte-rio-grandense composta de um pequeno número de profissionais liberais, de pequenos e médios comerciantes, do funcionalismo civil e militar, com suas distintas variações se inclinava para o cultivo da literatura, do teatro, da música, das tertúlias literárias, das conferências privadas e da imprensa escrita. A história do teatro no Rio Grande do Norte, no século XIX, e nos primeiros anos do século XX, é a história de setores da classe média

congregada em torno de sociedades teatrais e partícipes de seus espetáculos exibidos no Teatro Recreio Natalense (1874), no Voo Dramático ([1874]), Teatro Santa Cruz (1880) e no Teatro Carlos Gomes (1904), hoje Teatro Alberto Maranhão (OTHON, 2006). Um sinal de interesse da classe média pela cultura foi o fato de o governo Alberto Maranhão autorizar, por meio da Lei nº 145, de 6 de agosto de 1900, a premiação de livros de literatura e ciências, escritos por conterrâneos moradores no Estado.

É preciso lembrar o prestígio do Colégio Atheneu Rio-Grandense (aberto em 03 de fevereiro de 1834) na formação de uma cultura intelectual e de uma identidade política das classes ricas e médias, principalmente. (BARROS, 2000). Concluídos os estudos secundários no Atheneu Rio-Grandense, os estudantes seguiam para uma instituição de ensino superior; a escolha mais comum era o Curso de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife, que havia sido fundada em Olinda, no Mosteiro de São Bento, em 1827.

No final do século XIX, as classes economicamente favorecidas, juntamente com a população indigente, foram acometidas por inúmeras epidemias mórbidas (varíola, sarampos, febres palustres, peste negra, peste bubônica), que chegavam através de navios procedentes dos Estados vizinhos e distantes e se propagavam, indistintamente, interclasses.

A ligação da dimensão social com a dimensão econômica agravar-se-ia com as secas de 1889, 1890, 1900 e 1904, pelo menos. Essa quadra sucessiva de secas deixou mais de trinta mil pessoas na condição miserável de indigente e desencadeou, acima de tudo, a mortandade infantil. Para o governador Adolpho Gordo (1889-1890), “Esse fato deu lugar à formação de uma raça nômade pelo seu constante deslocamento, sem estabilidade e sem hábito de trabalho.” (FALA DO GOVERNADOR DR. ADOLPHO AFFONSO DA SILVA GORDO..., 1890, p. 11).

No extremo da miséria material e existencial, homens, mulheres e crianças foram empregados nas frentes de trabalhos das chamadas obras de utilidade pública (ajardinamento de praças, arborização das ruas, edificação do Teatro Carlos Gomes, calçamentos das ruas, construções de açudes e estradas de rodagem e ferro, aberturas de canais e galerias de esgotos etc.), com ganhos mensais, respectivamente, de 400 réis, 300 réis e 240 réis. (FALA DO GOVERNADOR DR. ADOLPHO AFFONSO DA SILVA GORDO..., 1890).

Ao mesmo tempo e, em igual desajuste com as demais esferas do sistema societário, a educação escolar pública atrasava-se, pedagogicamente, na escolarização das crianças da terra e, conseqüentemente, arrastava-se numa inferioridade desvantajosa quando confrontada com alguns outros Estados da federação.

Organizador das instituições republicanas no Estado, o governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896), em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, a 14 de julho de 1895, declarava com pessimismo: “Nada tem de lisonjeiro o estado do ensino público: raros professores e raríssimas escolas oferecem garantias de êxito à instrução.” (MENSAGEM DIRIGIDA AO CONGRESSO LEGISLATIVO..., 1895, p. 26).

Teria sido pelo respaldo das doutrinas evolucionistas da época – “força irresistível indomável” no pensar de Pedro Velho Maranhão (1897; 1954), que a educação escolar consubstanciada por regulamentos estatais, programas escolares homogêneos, igualdades formais, asseveraria, gradativamente, o aprimoramento mental, moral e físico do indivíduo, por extensão, o progresso da coletividade e da nação. Era, objetivamente, o ponto de partida de qualquer mudança da sociedade e do indivíduo pela reforma da educação escolar.

No confronto entre escola pública versus escola privada, as escolas particulares disseminavam-se, velozmente, a partir de Natal. (Colégio Americano, Colégio Imaculada Conceição, Colégio Santo Antonio, Ginásio Riograndense, Externato Natalense). Em 1900, já havia 22 escolas particulares em todo o Estado.

Para desvanecimento dos destinatários efetivos das escolas públicas – pais, mães, professores e especialmente crianças –, “No Rio Grande do Norte não havia edifícios próprios para o funcionamento das escolas, e os poucos que possuímos [eram] desprovidos de mobília conveniente e do indispensável material humano.” (MENSAGEM DIRIGIDA AO CONGRESSO LEGISLATIVO..., 1895, p. 26).

Essa situação de absurda melancolia ainda se reforçava com outra desvantagem: quando comparada com o ensino particular e doméstico, atingia não mais do que 17% da população carecedora da escolarização primária. Era fato ainda, que, naquele ano de 1895, as crianças das escolas públicas destinatárias da cultura letrada “[...] serviam-se de livros estranhos às matérias de ensino e até de jornais [...]” (RELATÓRIO DA DIRETORIA- GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE..., 1895, p. 5).

A educação escolar como veículo imprescindível para combater a rudeza humana, para sepultar os costumes atrasados, para pôr fim às experiências da tradição e fazer frente aos fanatismos religiosos ingênuos, numa sociedade que se secularizava e se modernizava a passos largos, fascinava, verdadeiramente, as agremiações republicanas. Por seu turno, confessava o governador Joaquim Ferreira Chaves (1896–1900) em 1899, o quão pouco havia feito os administradores públicos na difusão do ensino regular, segundo a intensidade dos progressos da pedagogia e as necessidades sociais de todo o Estado. (MENSAGEM DIRIGIDA PELO GOVERNADOR JOAQUIM FERREIRA CHAVES..., 1899, 1900).

No seu conjunto, a escolarização pública constituía-se em uma modalidade simultaneamente institucional, social, coletiva, individual e cultural. No nível microscópico, tais elementos mostravam-se reveladores das partes interdependentes do sistema societário. Na altura do final do século XIX, a população escolar tendia ao crescimento, assim como o ensino misto. Segundo o Diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, havia uma procura indistinguível pela escolarização, mas, enquanto isso, os professores licenciavam-se ou abandonavam a sala de aula à procura de ganhos adicionais nas frentes de trabalhos.

No corrente ano [1898], devido à seca que assola o interior do Estado, muitas cadeiras estão quase abandonadas, já por falta de frequência, já porque os respectivos professores não podem manter-se nelas com os seus escassos vencimentos. É grande o número de professores licenciados, a pretexto de tratamento de saúde, mas pelo motivo real de buscarem meios de subsistência na zona favorecida da chuva (RIO GRANDE DO NORTE, Relatório..., 1898, p. 3).

Em tempos de universalização dos sistemas públicos educacionais, da obrigatoriedade escolar e da escola graduada, de programas de ensino moldados pela ciência experimental, no Rio Grande do Norte, a inferioridade da escolarização pública persistia em se manter, com raras exceções, pelo atraso dos professores, como acusava o jovem governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900-1904), lado a lado, com as dificuldades sociais e econômicas que assoberbavam o Estado e aniquilavam existencial e materialmente seus concidadãos.

A inferioridade do ensino público sabidamente menos seguro e proveitoso do que o ministrado nos institutos emanados da iniciativa particular acresce que a instrução relativa com que oficialmente poderíamos dotar a inteligência dos que buscam saber, falha por completo entre nós, em virtude de um vício essencial: a incapacidade dos professores, com raras exceções, atrasadíssimos, e, portanto, inaptos para incutirem no *ânimo infantil dos alunos os mais rudimentares princípios de cultura intelectual*; e a incúria, não maldosa, mas devido à natural cegueira com que quase todos esses funcionários desobedecem às prescrições regulamentares, no tocante ao desenvolvimento físico e moral dos seus discípulos (JURISDIÇÃO, Mensagem..., 1900, p. 10-11, grifo nosso).

No ano de 1900, o Rio Grande do Norte possuía uma população por volta de 300.000 habitantes, distribuída por trinta e seis municípios, mantendo o Estado entre 78 a 80 Casas de Aulas. Pelas estatísticas oficiais (geralmente deficitárias), apenas sabiam ler e escrever 15,37%. O retardamento para reformar a educação escolar “[...] de acordo com as modernas conquistas pedagógicas [...]”, e que demandava grandes dispêndios pecuniários, provinha da insuficiência da poupança pública. (MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO..., 1900, p. 12).

A “Crise econômica fatigante, perene e desalentadora das mais robustas energias [...]”, ademais combinava com a débil concorrência com outros meios produtivos adiantados. Nessa perpétua involução das dimensões política, econômica, social e educacional, justapostas à brutal metamorfose espacial e temporal das principais cidades (de conformidade com os códigos de postura), inúmeros seriam os reais óbices do aniquilamento do humano. (MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO..., 1901, p. 8).

Os primeiros anos do século XX culminaram com a absoluta mediocridade da educação escolar e, simultaneamente, prenúncios de se transcender esse quadro imóvel, mediante reformas do sistema societário que afetassem tudo e todos. Expondo por analogia o amiudamento de cada dimensão – sustentáculo do sistema societário – o governador Augusto Tavares de Lyra (1904-1906) exemplificava o educacional.

A sua vitalidade, já indicada como um tropeço em 1893, após a organização do Estado [republicano], é ainda agora um embaraço a qualquer tentativa que vise a *remodelar o sistema seguido nas escolas, onde são desconhecidos os avanços da pedagogia e os métodos modernos e racionais, segundo os quais, em nossos dias, se ministra instrução à infância.* (JURISDIÇÃO, Mensagem..., 1904, p. 11, grifo nosso).

No ano de 1904, ante as aspirações vagas de reformar a sociedade, os homens, as mulheres, as esperanças republicanas e as angústias individuais e coletivas, aproximadamente 15.647 norte-rio-grandenses veem-se obrigados a abandonar o Estado, fugindo da calamitosa escassez de alimentos e do impiedoso flagelo da seca que os reduzia à extrema penúria e mendicância. Desse contingente, 12.684 migraram para o extremo norte, enquanto 2.963 dirigiram-se para os Estados do Sudeste do país (MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO..., 1904).

O Rio Grande do Norte, pequeno e pobre, outrora levava uma existência modesta. No início do século XX, vivia num ciclo de eterno e impiedoso desmantelamento do sistema societário exaurido. Acaso não é tudo cíclico? – interrogava Braudel (1992a). Parece ter sido essa época histórica no Rio Grande do Norte! As “vocações” agrícolas e pecuaristas estavam suplantadas pela progressiva decadência econômica e das forças produtivas em atuação. A situação de deplorável decadência material, mental e tecnológica, a rigor, fazia com que o Rio Grande do Norte distanciasse mais e mais dos avanços da federação, no cumprimento da equalização das oportunidades educacionais e sociais.

À altura dos primeiros anos do século XX, as elites políticas no poder surpreenderam-se por atitudes inesperadas: a ética educativa condutora do povo, assaz miserável e sofredor. No curto período em que Dr. Antonio de Mello e Souza respondeu pelo governo do Rio Grande do Norte (1907–1908), muitas situações de perplexidade requeriam respostas imediatas das elites políticas. Educador, escritor, intelectual e ex-Diretor da Instrução Pública, Dr. Antonio alteia sua voz em admiração ao valor ético-educativo dos sertanejos mais recônditos. Ora, lá onde as famílias encerravam-se na mais profunda miséria humana, as crianças eram, pois, habituadas a ir à escola. As famílias, na mais completa condição de ruína material, tinham, porém, como valor ético, a escolarização das suas crianças. Evidência assim constatada:

Não há pequena localidade do interior, não se encontra um reduzido povoado em que falta a pobre escola particular, desprovida de tudo, menos de alunos. Não é raro encontrar nas estradas tortuosas e acidentadas do sertão, dois e três quilômetros distante do lugarejo onde há o ‘mestre’; *o filho do vaqueiro ou do pequeno lavrador, apenas vestido, sem livros, mas levando a carta de ABC manuscrita, o rolo dos traslados e o frasco de tinha suspenso ao dedo* (CONGRESSO LEGISLATIVO, Mensagem..., 1907, p. 9-10, grifo nosso).

O que esse valor ético-educativo dos segmentos pobres expunha aos dirigentes políticos e ao sistema societário em todas suas interpartes? Talvez, por tudo isso, Dr. Antonio admitia que a prospecção republicana de progresso material, bem-estar e dignidade sociais para todos, jamais seria alcançada com a perpetuação da miserabilidade e da ignorância que se apoderava da população, sem quaisquer oportunidades minimamente públicas para o pleno desenvolvimento dos talentos individuais e dos atributos mentais.

Dívida dos governos republicanos e direito do povo do Rio Grande do Norte — uma educação escolar inovadora para reformar homens e mulheres pela implantação da escola graduada se reverteria plenamente no soerguimento do edifício societário defendeu Dr. Antonio de Mello e Souza. A Assembleia Legislativa deu substrato institucional à reforma proposta pelo governador, autorizando, em novembro de 1907, o governo “[...] a reformar a instrução pública, dando especialmente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade [...]” (LEI N° 249, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1907, 1908, p. 5).

Já o disse Braudel (1992a, p. 342) que as dimensões política, econômica, social e educacional “[...] têm certa espessura; todas elas admitem clivagens, processos e destinos diferentes, conforme os estágios.” Eleito para um segundo mandato de governador, em fins de 1907, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão confirmou, por meio do Decreto n° 178, de 29 de abril 1908, as medidas educacionais e governamentais preconizadas pelo governo de Dr. Antonio, e conferiu extrema urgência para se fazer avançar a reforma da educação escolar pública com fins de adaptá-la às novas condições do sistema societário em curso,

[...] por considerar que a primeira condição de êxito da reforma é o preparo racional dos novos mestres, consoante a orientação da *pedagogia moderna*. É criada uma Escola Normal para o preparo do magistério de ambos os sexos, anexo ao Atheneu Rio-grandense. O governo restabelecerá, pelo menos, um *grupo escolar* em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, nos prédios estaduais existentes e nos que forem construídos. (DECRETO N° 178, DE 29 DE ABRIL DE 1908, 1909, p. 46-47, grifo nosso).

Há, no corpo dessa medida educacional, elementos intrincando-se pelas dimensões política, econômica, social e educacional visando à prospecção renovada da formação humana pela escola graduada. Por aproximação, há o elemento que enlaça o preparo racional dos mestres responsáveis pela escola graduada de educação infantil, consoante a pedagogia moderna; há o elemento que combina a reforma de homens e mulheres com a implantação de uma rede de grupos escolares na capital e em cada comarca municipal. E há permutações da escola normal e dos grupos escolares, a partir das orientações científicas da pedagogia moderna.

Há, ainda, uma sucessão de decisões governamentais que não escaparam às interdependências das dimensões política, econômica, social e educacional. Por exemplo, os recursos financeiros para arquitetar o primeiro grupo do Estado – o Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” de Natal – provinham da aquisição, por parte do governo federal, da casa onde funcionava a Escola Pública Masculina do bairro da Ribeira, cujo local melhor se adaptava à construção da estação da Estrada de Ferro Central.

A reforma da educação escolar, como emblema da reforma estrutural do sistema societário, circunscrevia a instalação concomitante da Escola Normal (13 de maio de 1908) e do Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” (12 de junho de 1908), na capital Natal. (ARAÚJO; MOREIRA, 2006). O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” iniciava suas atividades educacionais com uma classe infantil mista, uma classe primária masculina e outra feminina, tendo cada uma delas um professor e dois adjuntos, devendo simbolizar a instituição modelar para todo o ensino primário público em todo o Estado. (DECRETO Nº 198, DE 10 DE MAIO DE 1909, 1910).

O arruinamento de um passado que atingiu sua exaustão dava-se mediante o contraponto com o advento da escola graduada e sua correspondente arquitetura moderna – “O que significa que sua recepção é simultaneamente ótica e tátil [...]” (ROUANET, 1990, p. 57). Por esse ângulo, enfatizava Nestor Lima:

O elegante edifício da Praça ‘Augusto Severo’ orientado para oeste, consta de um corpo central e duas áreas laterais, constituindo duas salas, onde funciona na do norte o curso feminino e o infantil misto na do sul. O corpo central com um vistoso pórtico, na parte anterior, contém um vasto salão, onde se acha o curso elementar masculino, quatro salas médias, da diretoria, gabinete de professoras e vestiários e as privadas, na parte posterior jardim na frente, galpões e áreas para recreio são ainda dependências do edifício (LIMA, 1911, p. 3).

Capital pedagógico, caldo de cultura intelectual, o Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo”, satisfazendo necessidades urgentes do nosso meio, tinha “[...] por principal destino a experimentação dos métodos, processos e princípios de organização de ensino a serem aplicados nas nossas escolas [...]” (LIMA, 1911, p. 3). Em teoria, a reforma estava orientada para a “[...] definitiva la incorporación a la enseñanza de los mismos criterios de modernidad y eficiencia que se impusieron em la sociedad industrial” (BENITO, 2005, p. 52).

A realidade onipresente do sistema societário em propulsão, e igualmente da vida cotidiana escolar, já impunha ritmos velozes no pensar e no agir metodicamente. Inversamente dos anos anteriores, a velocidade do tempo e também do agir racional, como valores mensuráveis para a história do progresso, da maquinaria e do homem moderno fazia com que, no ano de 1909, o governador Alberto Maranhão (1908-1914) trouxesse ao Congresso Legislativo a exata apreciação dos primeiros doze meses de sua gestão administrativa e do seu particular empenho da reforma educacional no conjunto do sistema societário.

Funciona proveitosamente o Grupo Escolar Modelo [Augusto Severo] com a freqüência extraordinária de duzentos alunos, em cujas classes praticam os futuros mestres.

A Escola Normal de Natal, que conta sessenta e sete alunos de ambos os sexos, dar-nos-á, dentro de um ano, os profissionais que deverão substituir os diretores e mestres contratados para a instrução primária.

Oito grupos escolares, perfeitamente instalados nos municípios de Natal, Mossoró, Caicó, Acari, Martins, São José, Caraúbas e Serra Negra, ministram ensino a novecentas crianças, pelos processos mais adiantados.

Vários municípios estão concluindo a construção de edifícios para seus grupos, muitos dos quais poderão ser inaugurados em janeiro próximo (MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO..., 1909, p. 8-9).

Como fazer a expansão industrial explorar a riqueza natural do solo, vencer a luta concorrencial, enfrentar as trocas capitalísticas, evoluir intelectual e moralmente, sem a reatualização dos sistemas de conhecimentos produzidos em diversos domínios das ciências? As indagações do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Pinto de Abreu, teriam por parte dele mais ou menos a seguinte resposta: pensar a educação da criança do hoje e do amanhã era abrir escolas do povo em novas bases pedagógicas. (RELATÓRIO APRESENTADO PELO DR. FRANCISCO PINTO DE ABREU, DIRETOR-GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1908).

A criação de uma rede de grupos escolares no Rio Grande do Norte traduziu-se como razão de Estado liberal, reformado? A resposta é sim! Assim, por aproximações, conjunções e algumas homogeneidades, a educação escolar primária renovada seria, portanto, o principal veículo para

adequar a população em geral às regras doutrinárias de uma república liberal. O ensino em classe, por série e por idade, com professores normalistas e professores adjuntos, vinha ao encontro da concepção de escola graduada orientada pela pedagogia moderna, como uma unidade organizativa do processo simultâneo de ensino e de aprendizagem.

No conjunto, toda essa lógica educativa estava vinculada a uma concepção de infância em idade escolar e de um tempo que corria velozmente em direção ao progresso ininterrupto, conjuntamente com o desenvolvimento do humano; não obstante, justapostos por capitalismo avançados, atrasados, irrepetíveis. Tempos modernos de Estados nacionais, da expansão industrial e da luta da concorrência conclamavam por uma educação escolar graduada, que cultivasse, simultaneamente na criança em sua fase infantil, o desenvolvimento inter-relacionado do intelecto, dos sentidos, do corpo, da disciplina “[...] e do espírito [e] igualmente [ensinasse] praticar virtudes, cultivar o solo, utilizar as letras e artes.” (RELATÓRIO APRESENTADO PELO DR. FRANCISCO PINTO DE ABREU..., 1909, f. 1).

O governador Alberto Maranhão, absolutamente aficionado pela modalidade de grupos escolares, não titubeou, ao final do seu mandato, a levantar a sua voz por sua permanência, enquanto a escola da modernidade. A rede de grupos escolares, expandida pela sede de 23 municípios dos 37 existentes, circundada por certos materiais pedagógicos que a volta deles se arranjavam as atividades de escolarização – em parte seria essa forma escolar – que induzia o governador a agregar mais crianças nas classes seriadas prefaciadas pelo “Grupo Modelo.”

Foram criados mais doze grupos escolares, dez dos quais funciona regularmente. Dest’arte recebem instrução primária, *pelos métodos modernos, mais de mil crianças*, graças à solicitude com que as Intendências municipais e o povo em geral tem correspondido ao apelo do governo. (MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO..., 1910, p. 6, grifo nosso).

Comparativamente com anos d’antes, a interdependência das dimensões política, econômica, social e educacional estruturava-se por outros referenciais pedagógicos, doutrinários e científicos. Nesse contexto de reformas globais, é que nasceria o Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo”, no Rio Grande do Norte, e, com ele, uma rede de escolas graduadas, pedagogicamente diferenciadas.

## Referências

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. Natal: EDUFRN/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte/Fundação José Augusto, 1998.

ARAÚJO, Marta Maria de; MOREIRA, Keila Cruz. O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal, RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. ASSOCIAÇÃO Comercial. **A República**, p. 1-2, Natal, 26 abr. 1890.

AZANHA, José Mário Pires. Cultura escolar brasileira. Um programa de pesquisa. **Cadernos de História e Filosofia da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 65-74, 2002.

BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. **Atheneu Norte-Riograndense**: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892-1924). 2000. 182 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BENITO, Agustín Escolano. Las culturas de la escuela em Espana. **Proposições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 41-63, jan./abr. 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a história**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**. Um estudo das elites do século XVII. Tradução Mercedes de Paula Ferreira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BURKE, Peter. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LIMA, Nestor dos Santos. O grupo modelo. **A República**, p. 3, Natal, 2 out. 1911.

MARANHÃO, Pedro Velho de Albuquerque. Normas e conceitos. A República, Natal, p. 1, 29 jul. 1897. In: CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). **Antologia de Pedro Velho**. Natal: Departamento de Imprensa, 1954.

OTHON, Sônia. **Vida teatral e educativa da cidade dos Reis Magos**: Natal, 1727 a 1913. Natal: EDUFRN, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. **Fala do governador Dr. Adolpho Affonso da Silva Gordo passando o governo do Estado para o Dr. Jeronymo Américo Raposo da Câmara**, em 8 de fevereiro de 1890. Natal: Typ. d'A República, 1890.

\_\_\_\_\_. **Mensagem dirigida pelo governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte**, em 14 de julho de 1895. Natal: Typ. d'A República, 1895.

\_\_\_\_\_. Diretoria-Geral da Instrução Pública. **Relatório da Diretoria-Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte**, de 1º de julho de 1895. Natal: Typ. d'A República, 1895. (Francisco Pinto de Abreu, Diretor-Geral da Instrução Pública).

\_\_\_\_\_. Diretoria-Geral da Instrução Pública. **Relatório da Diretoria-Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte**, de 30 de junho de 1898. Natal: Typ. d'A República, 1898. (Manuel Gomes de Medeiros, Diretor-Geral da Instrução Pública).

\_\_\_\_\_. **Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte ao abrir-se a 2ª sessão ordinária da 3ª legislatura**, em 14 de julho de 1899. Natal: Typ. d'A República, 1900.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira legislatura pelo governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão**, em 14 de julho de 1900. Natal: Typ. d'A República, 1900.

\_\_\_\_\_. Lei nº 145, de 6 de agosto de 1900. Autoriza o governo a premiar livros de ciência e literatura. **Atos legislativos e decretos do Governo (1909)**. Natal: Typ. d'A República, 1900.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da quarta legislatura, pelo governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão**, em 14 de julho de 1901. Natal: Typ. d'A República, 1901.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo governador Augusto Tavares de Lyra**, a 14 de julho de 1904,. Natal: Typ. d'A República, 1904.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da sexta legislatura pelo governador Antonio José de Mello e Souza**, em 1º de novembro de 1907,. Natal: Typ. d'A República, 1907.

\_\_\_\_\_. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a instrução pública. **Atos legislativos e decretos do Governo (1907)**. Natal: Typ. d'A República, 1908.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Estabelece a Diretoria-Geral da Instrução Pública, cria a Escola Normal, grupos escolares e escolas mistas e dá outras providências. **Atos legislativos e decretos do Governo (1908)**. Natal: Typ. d'A República, 1909.

\_\_\_\_\_. Diretoria-Geral da Instrução Pública. **Relatório Apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor-Geral da Instrução Pública**. Natal, 15 de outubro de 1908. (manuscrito).

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da sexta legislatura, pelo governador Alberto Frederico de Albuquerque**, em 1º de novembro de 1909. Maranhão. Natal: Typ. d'A República, 1909.

\_\_\_\_\_. Diretoria-Geral da Instrução Pública. **Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor-Geral da Instrução Pública**. Natal, 15 de outubro de 1909. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909. Decreta que o Grupo Escolar "Augusto Severo" será a Escola Modelo para servir de tipo ao ensino público elementar em todo o Estado. **Atos legislativos e decretos do Governo (1909)**. Natal: Typ. d'A República, 1910.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão**, em 1º de novembro de 1910. Natal: Typ. d'A República, 1910.

ROUANET, Sérgio Paula. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990.

SOUZA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal, 1989.

VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação comparada: reflexões iniciais e relato de uma experiência. **História da Educação**, Pelotas, v. 5, n. 10, p. 31-41, out. 2001.

Recebimento em: 03/03/2011.

Aceite em: 17/04/2012.